
Navegando pelos direitos humanos no ambiente digital:

A Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações (AMNT)

Este guia foi elaborado pela equipe da Global Partners Digital, com contribuições e revisões essenciais de Carolina Caeiro, Hosein Badran e Raquel Renno.





This work is licensed under Creative Commons,
Attribution-Noncommercial-Sharealike 4.0 International

Índice

Sobre este documento	5
O que está em jogo	7
O que as organizações da sociedade civil podem fazer?	9
Envolvimento na AMNT	14
Prioridades recomendadas em termos de articulação	16
Anexo	18

Sobre este documento

Este guia tem como objetivo apoiar o envolvimento da sociedade civil na Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações (AMNT), uma conferência fundamental para o desenvolvimento de normas técnicas que ocorre a cada quatro anos. A próxima assembleia de 2024 (AMNT-24), programada para ocorrer em outubro, tem o potencial de moldar as discussões em vários fóruns e processos importantes de Governança da Internet (GI). Portanto, seus resultados podem ter impactos abrangentes na interoperabilidade e a abertura da Internet, bem como sobre os direitos humanos.

Neste guia, definimos:

- O que é a AMNT;
- Como ela se relaciona com a União Internacional de Telecomunicações (UIT);
- Por que isso é importante e quais são os riscos para a Internet aberta e interoperável;
- Formas de inclusão da sociedade civil;
- Recomendações para os esforços de articulação a fim de apoiar a proteção e o fortalecimento de uma Internet aberta e interoperável.

Apresentamos também uma linha do tempo e links para recursos úteis.

O que é a AMNT e como ela se relaciona com a UIT-T?

A UIT-T, criada há mais de 150 anos, é um dos três setores da UIT, que é uma agência multilateral e especializada da ONU, cuja função é definir e regulamentar as normas relacionadas às telecomunicações. Cada setor tem mandatos, formas de operação e tipos de resultados diferentes.

A UIT-T produziu mais de 4.000 recomendações em sua história que, embora não sejam juridicamente vinculativas, têm forte influência normativa e são usadas pelos Estados-Membros da UIT ao estabelecerem legislação, políticas e regulamentações nacionais. Além disso, as normas da UIT-T e as normas desenvolvidas por organizações multilaterais de

- **O setor de Radiocomunicação (UIT-R)** lida com o espectro global de rádio e órbitas de satélite;
- **O setor de Normalização (UIT-T)** desenvolve as normas técnicas que garantem a conexão integrada das redes e as tecnologias;
- **O setor de desenvolvimento (UIT-D)** trabalha para melhorar o acesso a tecnologias digitais em comunidades menos favorecidas em todo o mundo.

normas recebem proteção comercial nos termos do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que facilita sua adoção e uso. As normas específicas estabelecidas nessas recomendações e a forma como elas se relacionam com determinadas formas de tecnologia e comunicação também podem representar riscos aos direitos humanos.¹

Cada setor da UIT tem sua própria conferência, além da conferência geral da UIT, a Conferência de Plenipotenciários (Plenipot), que ocorre a cada quatro anos. Neste guia, nos concentramos na conferência da UIT-T, a AMNT.

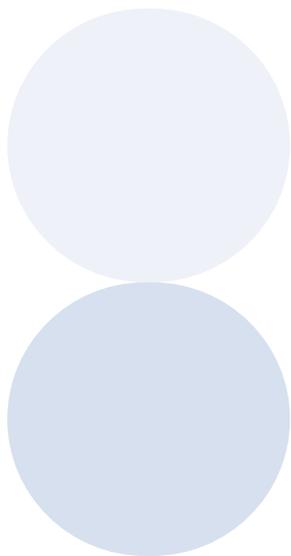
A AMNT determina a estratégia, as políticas e o programa de trabalho da UIT-T. Isso é importante para a sociedade civil porque as normas produzidas pela UIT-T ajudam a definir a infraestrutura global das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e podem ter impactos abrangentes no ecossistema regulatório das TICs além da UIT.

O que a AMNT faz?

Mais importante ainda, a AMNT estabelece o escopo e as prioridades do trabalho de normalização a ser realizado pela UIT.

A AMNT se estrutura em torno da revisão das resoluções da AMNT, que definem o escopo e as prioridades do trabalho da UIT-T e definem o trabalho no qual ela se envolverá em um determinado tópico. São consideradas as resoluções relacionadas ao mandato e ao programa de trabalho da UIT da última AMNT, bem como novos projetos de resolução apresentados pelos Estados-Membros.

A AMNT também determina o número, os métodos de trabalho e a estrutura das comissões de estudo (SGs, na sigla em inglês) da UIT-T para o próximo período de estudo de quatro anos. Atualmente, existem onze comissões de estudo na UIT-T, com foco em uma ampla gama de questões, incluindo a Internet das Coisas, redes futuras, aspectos operacionais e de segurança. Por fim, a AMNT define a equipe de liderança sênior e o programa de trabalho mais amplo da UIT-T. Durante a AMNT consideram-se também, os relatórios das comissões de estudo, do Bureau de Normalização das Telecomunicações (TBS, na sigla em inglês) e do Grupo Assessor de Normalização das Telecomunicações (TSAG, na sigla em inglês).



O que está em jogo

O modelo de governança multissetorial da Internet

O sucesso da Internet se deve, em grande parte, à sua característica aberta e interoperável, que tem como premissa um modelo de governança multissetorial. A crescente influência da UIT, um fórum multilateral no qual apenas os Estados têm poder de voto, representa uma ameaça a esse modelo.

Nos últimos anos, muitos Estados usaram a AMNT para tentar expandir o mandato da UIT para áreas emergentes críticas de governança de tecnologia digital (como a IA e o metaverso) ou para aspectos operacionais da Internet e seus recursos essenciais. Essa tendência é especialmente preocupante, considerando que o processo de tomada de decisões da UIT implica que o espaço será, em grande parte, inacessível àqueles que seriam mais afetados por suas decisões nessas áreas.² Além disso, expandir o mandato da UIT para a GI e a definição de normas duplicaria o trabalho realizado em fóruns abertos e orientados por especialistas, prejudicando assim, o modelo de governança multissetorial.

Por exemplo, na AMNT 2020,³ foi proposta uma contribuição sobre IA, embora não tenha sido adotada. Na época, houve um desacordo sobre qual deveria ser o mandato da UIT-T com relação à IA e se a AMNT deveria adotar uma resolução que pudesse expandir o mandato da UIT-T para o desenvolvimento de normas de IA. A resolução não foi adotada no final, mas as cláusulas operacionais foram incluídas no relatório da AMNT.⁴ A discussão ressurgiu na Conferência de Plenipotenciários da UIT (Plenipot) em 2022, onde uma resolução sobre IA foi adotada. Embora tenha se concentrado no desenvolvimento de capacidades e não na normalização da IA, ela poderia expandir-se em iterações futuras. É preocupante a expansão da função da UIT-T, que deixaria de apenas estudar e aplicar tecnologias digitais novas e emergentes em seu trabalho e passaria a normalizá-las, o que iria além de sua competência atual.

Resoluções que deverão ser discutidas na AMNT-24

Das resoluções existentes e propostas relacionadas à Internet, é provável que as seguintes sejam revisadas:

- Res. 47 sobre o Código nacional para domínios de primeiro nível (ccTLDs)
- Res. 48 sobre Nomes de domínio internacionalizados (IDNs)
- Res. 60 sobre Redes IP
- Res. 64 sobre o Protocolo de Internet versão 6 (IPv6).

Outras que merecem ser acompanhadas pela sociedade civil incluem as relativas à segurança cibernética (Res. 50 e 52) e a Res. 75 sobre a CMSI e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030. Também será importante monitorar as propostas de novos projetos de resolução, como as resoluções sobre tecnologias emergentes (IA e metaverso) e chamadas de emergência.

Normas que minam os direitos humanos

Embora essas resoluções possam ser bastante técnicas, é importante identificar os impactos concretos que elas podem ter. As normas desenvolvidas pela UIT-T definem os recursos técnicos necessários para o funcionamento de uma Internet aberta, inclusiva e transparente (OIT, na sigla em inglês) e de outras tecnologias digitais. Essas normas podem, portanto, facilitar ou dificultar o exercício de direitos como a liberdade de expressão, a liberdade de associação e reunião pacífica e o direito à privacidade, dependendo de como são projetadas e implementadas.

Conforme descrito no documento da DNS Research Federation sobre o assunto,⁵ quando se trata do direito à privacidade, os exemplos de como as normas técnicas podem afetar negativamente os direitos humanos incluem a coleta de dados em massa, a vigilância, a perda do anonimato e a criação de perfis permanentes para rastrear indivíduos ou conteúdo. As normas técnicas podem também afetar o acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como o princípio da não discriminação.

Mudanças nesse nível de especificidade geralmente ocorrem em discussões específicas das comissões de estudo, e não na AMNT; no entanto, ainda assim é importante monitorar as “tendências” de nível mais alto discutidas na AMNT, pois elas definem as prioridades da UIT-T para a direção e o escopo dos programas de trabalho das comissões de estudo. Em seguida, a comissão de estudo implementará esses temas de alto nível por meio de perguntas de estudo que se aprofundam nas especificidades das normas técnicas. A forma como essas tendências são estudadas e apresentadas aos Estados-Membros pode ter um impacto negativo ou positivo sobre os direitos humanos em sua implementação. É também por isso que o envolvimento com cada um dos Estados-Membros e nas reuniões preparatórias regionais é particularmente importante: é nesse estágio que a sociedade civil e outras partes interessadas têm mais chances de impedir que qualquer proposta potencialmente problemática chegue ao nível das negociações da AMNT.

O Novo IP

O caso do “Novo IP” exemplifica os riscos potenciais aos direitos humanos apresentados pelas normas da UIT. Em 2018, representantes de várias empresas chinesas apresentaram um conjunto de propostas na UIT com o objetivo de estabelecer uma arquitetura de rede e um conjunto de protocolos alternativos ao sistema atual. Embora a proposta original não tenha sido bem-sucedida, houve tentativas contínuas de introduzir normas que buscam materializar a visão original do Novo IP, não como uma arquitetura completa, mas por meio da normalização de seus elementos de base.

Um dos principais recursos dessa visão alternativa para a Internet é a transformação da camada de rede, que seria alterada para permitir que ela carregue mais informações sobre o conteúdo e a identidade dos usuários, apresentando riscos à privacidade e podendo afetar o gerenciamento descentralizado e a arquitetura aberta da Internet.

Se as resoluções debatidas na AMNT-24 expandirem a competência da UIT-T para áreas como redes IP ou implantação de IP, elas poderão contribuir para o ressurgimento desses esforços polêmicos de normalização.

O que as organizações da sociedade civil podem fazer?

A principal forma de influenciar o escopo e a direção dos trabalhos na AMNT é por meio da elaboração do documento de resoluções. As resoluções da AMNT definem o programa de trabalho da UIT-T para os próximos quatro anos e servem como o meio mais direto de promover mudanças de longo prazo no setor.

Como influenciar as resoluções da UIT e os resultados da AMNT

Integrar a delegação de um Estado Membro

A maneira mais eficaz de a sociedade civil participar da AMNT é por meio de uma delegação de um Estado-Membro. Isso ocorre porque a UIT-T é um fórum multilateral e as negociações são conduzidas exclusivamente por delegações de países-membros. Portanto, fazer parte de uma delegação dá aos grupos a melhor chance de influenciar as decisões. Isso também permite que os grupos contornem os obstáculos de acesso à UIT, como a obtenção de acesso a documentos de trabalho e a participação em reuniões presenciais, geralmente realizadas em Genebra. Embora a inclusão na delegação governamental seja útil, se quiser participar das comissões de estudo da UIT-T (além do escopo deste guia), ser incluído na delegação como membro associado e setorial também pode aumentar suas chances de participar na delegação como especialista da AMNT.

Participar de uma delegação de um Estado-Membro como organização da sociedade civil requer a construção de um relacionamento de confiança com os membros da delegação, o que pode levar tempo. A primeira etapa é descobrir quem, no governo do seu país, está liderando o trabalho de seguimento de normas técnicas. Há um órgão governamental específico que lidera a delegação? Quem é o responsável pela delegação? Quem são os atuais membros da delegação?

As modalidades de participação das partes interessadas na delegação de um Estado-Membro variam de acordo com o país. Portanto, é fundamental que a sociedade civil tenha um entendimento claro da estrutura da delegação e das regras de participação, caso se tornem membros. As partes interessadas também devem considerar as possíveis restrições decorrentes do cumprimento dos requisitos para a participação como representante de um determinado Estado-Membro. Fazer parte de uma delegação permite que a sociedade civil se envolva com recursos mínimos (por exemplo, sem a necessidade de pagar pela adesão à UIT). No entanto, isso também pode restringir o que se poderá dizer, pois estarão limitados a obedecer às regras da delegação e a apoiar a sua posição. Embora fazer parte

de uma delegação não garante a oportunidade de fazer intervenções verbais em nome da delegação (somente o chefe da delegação tem autoridade para fazê-lo), isso permitirá construir relacionamentos dentro da delegação que poderão levar a futuras oportunidades de intervenção.

Além disso, cada Estado-membro terá seu próprio processo de preparação para a AMNT, que pode exigir muito tempo e recursos. As delegações nacionais geralmente realizam reuniões antes da AMNT para desenvolver uma posição unificada sobre as principais resoluções e os mandatos das comissões de estudo a serem discutidos na AMNT. As resoluções e as comissões de estudo que a delegação nacional discute dependem das suas prioridades e da região. Esses posicionamentos nacionais serão, então, integrados em reuniões regionais e levarão ao desenvolvimento de um posicionamento regional a ser apresentado na AMNT. A frequência com que as delegações nacionais se reúnem depende do país e do nível de envolvimento da região com a AMNT. Normalmente, as delegações têm cerca de três a quatro reuniões antes do evento, além das reuniões regionais. A capacidade dos Estados-Membros de fornecer financiamento para que os membros da delegação participem da AMNT também varia.

Não é necessário limitar-se a participar apenas da delegação de seu país. Alguns Estados-Membros (EM) que apoiam uma participação mais inclusiva e multissetorial na UIT podem estar dispostos a incluir em sua delegação especialistas (por exemplo, em direitos humanos) de organizações da sociedade civil de fora de seu país. Isso também pode ser benéfico para pessoas com diferentes nacionalidades/origens e que vivem em diferentes países.

Obter adesão setorial ou trabalhar com membros associados ou setoriais existentes

Participar da AMNT fora das delegações dos Estados-Membros é complicado, mas não impossível. Conforme mencionado acima, conseguir a condição de membro Associado ou Setorial é uma forma de construir um relacionamento com as delegações dos Estados-Membros: a participação ativa no trabalho da comissão de estudo pode ajudá-lo a construir credibilidade na UIT-T, o que pode ajudar em seus esforços para participar de uma delegação da AMNT.

Os associados têm acesso mais limitado, com a capacidade de participar de uma comissão de estudo de um determinado setor.⁶ A participação como membro associado ou setorial é recomendado nos casos em que:

- A posição da OSC (organização da sociedade civil) não estiver alinhada com a de seu Estado Membro;
- For difícil construir um relacionamento com a delegação do Estado-Membro (ou quando sua solicitação para participar de uma delegação não for aceita);
- A OSC tiver recursos financeiros para pagar uma taxa de adesão;⁷
- As regras e os requisitos para participar de uma delegação de um Estado-Membro forem particularmente onerosos e/ou restritivos.

No entanto, mesmo com essa adesão, os membros associados e setoriais não têm privilégios de voto e podem não ter acesso a todas as discussões ou processos de tomada de decisão.⁸ Além do custo de adesão, as OSCs também precisam lidar com o alto custo financeiro associado à participação regular nas conferências de alto nível e nas reuniões da comissão de estudo, que ocorrem principalmente em Genebra.⁹

Para grupos que planejam se concentrar em um tópico específico, recomenda-se a adesão como Associado, pois o custo é significativamente menor do que o da adesão Setorial.¹⁰ Além disso, os membros associados qualificados como pequenas ou médias empresas (PMEs) se beneficiarão de um custo reduzido de adesão à UIT-T.¹¹ Deve-se observar também que o tempo necessário para processar uma solicitação pode variar, e todas as solicitações exigem a aprovação do Estado-Membro.¹²

As OSCs podem optar por se candidatar a uma condição de membro associado ou setorial da UIT. Os Membros setoriais têm o direito de participar de toda a gama de atividades do setor ao qual se associaram. Sem uma conta TIES (que requer ser membro de uma delegação de um Estado-Membro ou membro independente) não é possível acessar os documentos de trabalho da UIT. No entanto, a solicitação de adesão setorial ou associado deve ser aprovada pela delegação de seu país, que se reserva o direito de aceitar ou rejeitar sua solicitação. A concessão de uma conta TIES é o resultado do reconhecimento das partes interessadas por um determinado Estado-Membro, seja como parte de uma delegação ou como membro setorial. Portanto, as delegações dos Estados-Membros também se reservam o direito de limitar o acesso dos membros da delegação a determinados documentos; por exemplo, se você fizer parte da delegação de um determinado país na AMNT, seu acesso ao TIES poderá ser limitado apenas a documentos relacionados à AMNT, sem acesso a outros documentos. Por outro lado, algumas delegações podem conceder acesso a todos os documentos da UIT ao conceder uma conta TIES às partes interessadas.

Se a sua adesão setorial ou associado for rejeitada e a participação na delegação do seu país não for uma opção, as OSCs também podem procurar participar de uma delegação setorial ou associado existente.

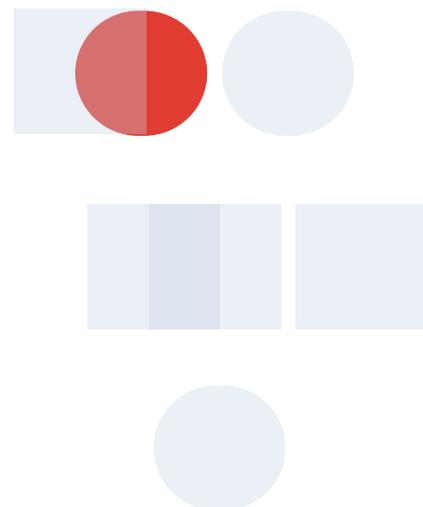
Fontes adicionais de informações para a participação

Além de participar da delegação de um Estado-Membro, as partes interessadas também têm a opção de participar em outros mecanismos. Embora não tenham nenhuma relação direta com a AMNT, podem ser espaços úteis para construir relações com os Estados-Membros e outras partes interessadas pertinentes.

Uma das vias é o envolvimento com o Grupo de Trabalho do Conselho sobre Questões de Políticas Públicas Internacionais relacionadas à Internet (CWG-Internet). Criado por meio das resoluções 102 e 140 adotadas na Plenipot de 2010, o CWG-Internet não oferece um meio direto de envolvimento com o trabalho da AMNT. Entretanto, ele pode ser uma fonte de obtenção de informações sobre as principais tendências que podem orientar as

discussões com os Estados-Membros, bem como um meio de criar uma rede dentro da UIT. A participação no CWG-Internet é limitada aos Estados-Membros (ao contrário de outros CWGs da UIT) e as tentativas de algumas partes interessadas e Estados-Membros de abri-lo têm sido difíceis devido à resistência de outros Estados-Membros. Em vez de permitir a participação de não-membros, eles realizam consultas que, em sua maioria, são abertas a todas as partes interessadas (embora sejam amplamente dominadas pelos Estados-Membros).

Há também mecanismos fora da UIT que podem apoiar a participação da sociedade civil: antes de cada AMNT, a Internet Society (ISOC) publica uma matriz de resoluções e contribuições relevantes para a governança da Internet. Consulte esse recurso como parte de seu trabalho de preparação. Além disso, a construção de relações com capítulos nacionais da ISOC, escritórios regionais da ISOC e Registros Regionais da Internet (RIRs, na sigla em inglês) pode ser uma forma de obter informações sobre a melhor maneira de se envolver com a UIT-T e construir uma rede de contatos que trabalham com questões semelhantes.



Participação regional

Cerca de um ano e meio antes da AMNT, as delegações se reunirão para começar a formular contribuições para as reuniões das organizações regionais de telecomunicações, onde se obtém o consenso regional sobre as resoluções. É durante essas reuniões que os Estados-Membros prepararão e consolidarão posições sobre questões de importância regional e propostas regionais comuns para a AMNT. Embora as propostas regionais tenham se tornado cada vez mais importantes em relação às propostas individuais de Estados-Membros, alguns países são particularmente influentes na UIT e as resoluções individuais que eles apresentam (como as dos Estados Unidos e do Brasil, entre outros países), independentemente do bloco regional, têm um peso significativo nas negociações da AMNT.

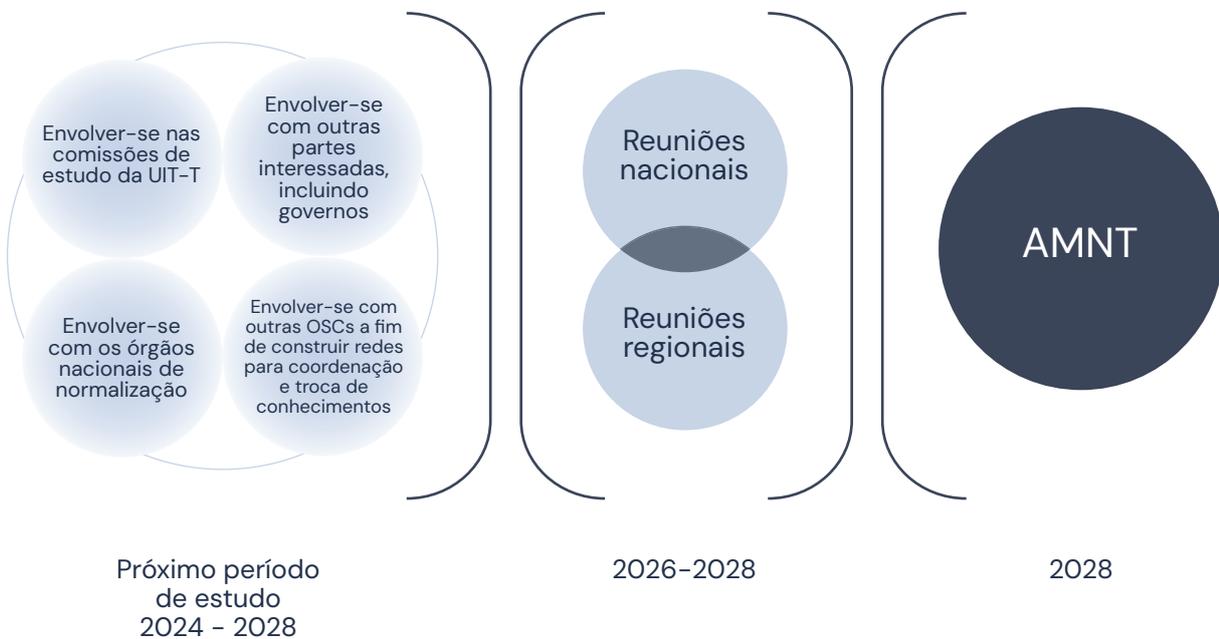
Embora os processos regionais que moldam as negociações na AMNT estejam chegando ao fim, ainda há reuniões preparatórias regionais no período de julho a outubro (consulte o Anexo). *É altamente recomendável que as partes interessadas participem delas, se possível, como parte de uma delegação (veja acima).*

As principais organizações regionais que contribuem para a posição regional consolidada incluem:

- Asia-Pacific Telecommunity (APT) - (Comunidade de Telecomunicações da Ásia-Pacífico)
- Arab Spectrum Management Group (ASMG) - (Grupo de Gestão do Espectro Árabe)
- African Telecommunications Union (ATU) - (União Africana de Telecomunicações)
- Caribbean Telecommunications Union (CTU) - (União de Telecomunicações do Caribe)
- European Conference of Postal and Telecommunications Administrations (CEPT) - (Conferência Europeia de Administrações Postais e de Telecomunicações)
- Inter-American Telecommunication Commission (CITEL) - (Comissão Interamericana de Telecomunicações)
- Regional Commonwealth in the Field of Communications (RCC) - Comunidade Regional no Âmbito das Comunicações, que representa as ex-repúblicas soviéticas)

Como as delegações dos Estados-Membros geralmente são compostas por representantes do governo que lideram o engajamento regulatório e as relações exteriores, tanto a política global atual quanto as relações geopolíticas de longa data podem estar na vanguarda dos preparativos para a AMNT. Ter isso em mente será útil para navegar pelas reuniões preparatórias regionais.

Do processo da AMNT



Envolvimento na AMNT

O ponto culminante dessas discussões e a obtenção de consenso sobre os principais resultados e resoluções ocorrem na própria AMNT. Dessa forma, é fundamental que as OSCs aproveitem sua participação em reuniões nacionais e regionais para, sempre que possível, participar e se envolver na AMNT.

Antes do início da AMNT, os Estados-Membros enviarão suas contribuições para a reunião. O prazo para enviar e publicar essas contribuições geralmente é de aproximadamente quatro semanas antes do evento em si, sendo que o prazo para contribuições para a AMNT-24 é 16 de setembro de 2024. Em suma, essas contribuições especificarão se propõem alguma modificação em resoluções específicas ou se propõem que não haja mudanças. Normalmente, os Estados-Membros apresentam propostas por meio de grupos regionais, como resultado de seus processos preparatórios regionais. Ocasionalmente, as propostas virão de países individuais ou por meio de propostas conjuntas de vários países. Por exemplo, os EUA às vezes emitem propostas individuais ou propostas conjuntas de vários países com o Canadá.

Após a publicação das contribuições, é recomendável aprofundar-se no conteúdo dessas resoluções e consultar as iterações anteriores para ver sua evolução ao longo do tempo. É provável que muitas organizações, como a ISOC, publiquem suas análises para facilitar os preparativos dos participantes da AMNT. Nessa etapa, será importante decidir quais resoluções são de seu interesse e ler atentamente as alterações sugeridas por cada grupo regional. Como parte do processo de revisão, é importante considerar as motivações geopolíticas e os interesses nacionais individuais do(s) Estado(s)-Membro(s) que apresenta(m) a resolução.

As resoluções têm um preâmbulo e uma seção orientada à ação, na qual instruem diferentes órgãos e membros da UIT a se envolverem em um trabalho específico. Concentre-se no último, pois esse é o elemento de maior impacto da resolução. Em termos de linguagem a ser observada nas resoluções, fique atento às modificações que tentam:

- Expandir o papel da UIT-T em questões relacionadas à operação da Internet ou à gestão de recursos críticos da Internet;
- Exigir a normalização dos elementos de base da Internet, como o DNS ou as redes IP;
- Diminuir o papel do modelo multissetorial de GI.

Ao decidir se e como envolver-se em resoluções específicas, a primeira etapa após analisar e avaliar as contribuições dos Estados-Membros é falar com a delegação de seu país. Identifique o chefe de sua delegação, bem como quem estará liderando as principais resoluções, participe das reuniões pertinentes e certifique-se de que você esteja incluído nos mecanismos de comunicação pertinentes. Certifique-se de preparar seu calendário com base nas reuniões relacionadas às resoluções que você está acompanhando, incluindo quaisquer reuniões permanentes de coordenação da delegação e/ou descubra se há mecanismos de comunicação (por exemplo, bate-papos em aplicativos de mensagens) para resoluções específicas e/ou para a delegação como um todo.

Durante a AMNT, a coordenação com outras partes interessadas não governamentais é fundamental. Entender e compartilhar as prioridades com outras partes interessadas não governamentais pode ser um meio útil de identificar as prioridades de articulação da sociedade civil (consulte a próxima seção). Por exemplo, se a sua delegação não apoiar a sua posição, você pode colaborar com um membro do setor para promover a sua contribuição. Lembre-se de que não há trabalho solitário na UIT – tudo se resume a construir alianças e procurar as oportunidades. Podem ser criados grupos menores que se concentrem em questões específicas para compartilhar informações e traçar estratégias em conjunto. Essa coordenação deve começar antes da AMNT e incluir reuniões presenciais e/ou mecanismos de coordenação para o compartilhamento de informações em tempo real (por exemplo, aplicativos de mensagens).

Com relação à conferência em si, o ritmo geral de trabalho é o seguinte:

- **1ª semana da reunião:** A primeira semana da reunião se concentra em negociações e discussões entre as delegações sobre o conteúdo dos principais textos. O calendário será dividido em reuniões focadas em resoluções específicas, que serão presididas por membros das delegações dos países que estejam familiarizados com as resoluções e que se voluntariaram para “representar” seu grupo regional na conferência. Essas discussões se concentrarão nas edições de texto. A primeira semana da conferência também incluirá várias reuniões bilaterais e informais que não estarão indicadas no calendário oficial da AMNT: caberá à sua delegação informá-lo quando e onde elas acontecerão sobre as principais resoluções que você estiver acompanhando. As resoluções “fáceis de concordar” serão adotadas em sessões plenárias que começarão a ocorrer na primeira semana.
- **2ª semana da reunião:** É durante a segunda semana que ocorre a maior parte da negociação e das concessões com o conteúdo e a linguagem dos textos. Até a metade da 2ª semana deverão ter sido tomadas as decisões finais sobre as mudanças nas resoluções existentes. Além disso, todas as novas resoluções deverão ter sido acordadas até essa altura. Parte do texto das resoluções será decidido e entrará na fase plenária, onde apenas pequenas edições serão negociadas. Se as negociações sobre as modificações de um texto existente fracassarem e não for possível chegar a um acordo com relação à linguagem final do texto, a discussão passará para o plenário e o resultado mais provável é que não sejam feitas alterações. Ainda podem ser necessárias negociações de última hora para os textos e resoluções mais polêmicos.

Envolvimento da mídia

Identifique os principais meios de comunicação para os tópicos relevantes que você estiver acompanhando. Alguns podem acompanhar a conferência de perto. Entre em contato com o órgão regulador ou de normalização nacional para descobrir quais meios de comunicação estarão presentes e faça uma lista de mídias nacionais e internacionais que acompanhar e interagir enquanto estiver na AMNT (por exemplo, se considerar que chamar a atenção para uma questão específica seria benéfico para a seu trabalho de articulação).

Prioridades recomendadas em termos de articulação

Apresentamos, abaixo, os objetivos de articulação recomendados para o envolvimento da sociedade civil na AMNT.

Lutar contra quaisquer propostas que busquem expandir o mandato da UIT-T

A AMNT-24 é uma oportunidade de combater os esforços para expandir o mandato da UIT-T e reiterar os compromissos dos Estados-Membros com um conjunto de princípios fundamentais que sustentam a governança da Internet desde o seu início. Já há indícios de que os Estados-Membros proporão emendas a algumas resoluções importantes: por exemplo, a resolução 92 sobre “Aprimoramento das atividades de normalização no setor de normalização de Telecomunicações da UIT-T, relacionadas a aspectos não radioelétricos das telecomunicações móveis internacionais”, que trata de tecnologias emergentes, e a resolução 50 sobre “Segurança Cibernética”. Ambas as resoluções têm sido tradicionalmente o foco de um debate significativo entre as delegações sobre questões relacionadas à identificação do impacto potencial de tecnologias novas e emergentes e sobre questões de governança da Internet.

Os trabalhos que pretendem atualizar, alterar ou desenvolver normas técnicas da Internet (como alterações no sistema de nomes do DNS ou nos protocolos de roteamento de tráfego) devem ser apresentados em fóruns abertos, como da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) ou da Internet Engineering Task Force (IETF), e não em fóruns multilaterais, como a UIT, em que a tomada de decisões baseada em votos é uma prerrogativa soberana dos Estados-Membros.¹³ Como visto na AMNT-20, houve vários esforços (alguns bem-sucedidos) para colocar essas discussões sob os auspícios da UIT.¹⁴ A AMNT-24 é uma oportunidade de resistir aos esforços para expandir o mandato da UIT para além de sua competência atual e de reiterar o compromisso dos Estados-Membros com o modelo multissetorial de governança da Internet.

Compromissos mais sólidos dos Estados-Membros com o modelo multissetorial de governança da Internet (GI)

A AMNT-24 tem o potencial de definir a direção futura não apenas do setor de normalização da UIT, mas também da função da UIT no ecossistema mais amplo de GI. Como a UIT é um interlocutor tão poderoso, suas ações e resultados provavelmente terão um impacto significativo nas próximas discussões. Se ela assumir uma posição firme contra as ameaças a uma Internet aberta e interoperável e reiterar o apoio ao seu modelo multissetorial de governança, isso será uma mensagem poderosa para a comunidade de GI mais ampla e terá

o potencial de impactar significativamente outros processos (como a implementação do Pacto Digital Global e o Processo de Revisão da CMSI+20).

Promover e proteger os direitos humanos

Ao moldar o escopo do trabalho futuro das comissões de estudo, os resultados da AMNT moldarão as normas a serem desenvolvidas em períodos de estudo futuros e a medida em que essas normas respeitam os direitos.

Portanto, é importante que a sociedade civil se envolva na AMNT para garantir que as resoluções apresentadas ou as propostas de novas comissões de estudo não representem ameaças aos direitos humanos e, em vez disso, integrem ativamente as salvaguardas dos direitos humanos e protejam e promovam uma Internet aberta e interoperável. Além disso, a sociedade civil desempenha um papel importante no monitoramento e na chamada de atenção para os possíveis impactos do trabalho da UIT-T nos direitos humanos.

Anexo

- Anexo 1 : Reuniões regionais
- Anexo 2: Recursos úteis
- Notas de rodapé

Reuniões regionais

25 julho 2024	<ul style="list-style-type: none">● Liga dos Estados Árabes Equipe Árabe para Assuntos de Normalização (ASTeam),
12 – 16 agosto 2024	<ul style="list-style-type: none">● União Africana de Telecomunicações (ATU) 3ª e última reunião preparatória africana para a AMNT-24
19 – 23 agosto 2024	<ul style="list-style-type: none">● Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) 4ª Reunião Preparatória do WGCONF, João Pessoa, Brasil● Telecomunidade da Ásia-Pacífico (APT) 5ª Reunião do Grupo Preparatório da APT para a AMNT-24 (APT WTSA-24-5)
agosto 2024	<ul style="list-style-type: none">● Regional Commonwealth (RCC) Commission for Coordination of International Cooperation and the Working Group on the Work with ITU
23 julho 2024	<ul style="list-style-type: none">● Conferência Europeia das Administrações Postais e de Telecomunicações (CEPT) Reunião virtual
3 – 5 setembro 2024	<ul style="list-style-type: none">● Conferência Europeia das Administrações Postais e de Telecomunicações (CEPT) Reunião híbrida, Sofia, Bulgária

Recursos úteis

- [Matriz ISOC](#)
- [Artigo 19: Almanaque de Normas da Internet](#)
- [DNS Research Federation “Normas: a nova fronteira para a Internet livre e aberta”](#)
- [Normas técnicas e direitos humanos: O caso do Novo IP](#)
- [NAVEGANDO A UIT – Quatro vias para o envolvimento da sociedade civil](#)
- [Proposta do “Novo IP” da Huawei – Perguntas frequentes](#)
- [Relatório do ACNUDH sobre “Direitos humanos e processos de definição de normas técnicas para tecnologias digitais novas e emergentes”](#)
- [G. Balbi & A. Fickers \(Eds.\), History of the International Telecommunication Union \(ITU\) \[História da União Internacional de Telecomunicações \(UIT\)\]. Transnational techno-diplomacy from the telegraph to the Internet \(pp.1-12\) Publisher: De Gruyter, 2020](#)
- [UIT: Por que a Conferência Mundial de Radiocomunicação é importante – ARTIGO 19](#)
- [UIT e UIT-R: Fundamentos básicos e fatos](#)
- [Atribuições de frequência](#)
- [Terminologia e definições para textos adotados na busca da Contribuição da UIT pela Federação Russa](#)
- [Contribuição da Federação Russa \(Documento CWG-Internet-16/4-E\) “Análise de risco do modelo operacional e de governança da Internet existente” \(setembro de 2021\)](#)

Notas de rodapé

- 1 <https://www.gp-digital.org/the-itu-a-brief-explainer/> ;
Relatório do ACNUDH
- 2 É importante observar aqui que o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos realizou recentemente um trabalho importante na área de direitos humanos e normas técnicas, incluindo a publicação de um relatório de referência sobre o tópico em junho de 2023. O ACNUDH também tem um financiamento específico para contratar um funcionário de direitos humanos dedicado a trabalhar nessa área.
- 3 Devido à pandemia de COVID-19, a AMNT 2020 ocorreu, na verdade, em 2022
- 4 Conforme incluído na matriz AMNT-2020 da ISOC, “a inclusão de texto no relatório da reunião não confere o mesmo status de uma resolução, mas pode incentivar o trabalho nas comissões de estudo”.
- 5 https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3907165
- 6 <https://www.itu.int/hub/membership/become-a-member/participation/>
- 7 Deve-se observar aqui que as organizações de alguns países de baixa renda se beneficiam de uma taxa reduzida especial. Mais informações sobre as taxas de adesão podem ser encontradas aqui: <https://www.itu.int/en/ITU-T/membership/Pages/Categories-and-Fees.aspx>
- 8 <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2018/01/2018.01.04-Ways-to-Engage-Mini-Brief-FINAL-VERSION.pdf>
- 9 <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2018/01/2018.01.04-Ways-to-Engage-Mini-Brief-FINAL-VERSION.pdf>
- 10 <https://www.itu.int/hub/membership/become-a-member/fees/>
- 11 *Ibid* <https://www.itu.int/hub/membership/become-a-member/fees/>
- 12 <https://www.itu.int/hub/membership/become-a-member/frequently-asked-questions/>